

Breve comentário sobre o processo eleitoral de 2010

Pedro Vanzin Filho*

Neste ano de 2010, no qual tivemos eleições para escolha dos condutores máximos do Brasil, o processo encerrado a pouco ratificou a Democracia Representativa. Essa que não enseja a participação direta dos cidadãos nos processos de decisão manteve com a presença do eleitorado brasileiro a ordem constitucional vigente.

A maioria da população ao votar no último pleito “confirmou”, em tese, a permanência das instituições nos moldes vigorantes, sem lhes opor qualquer questionamento e muito menos propor algum tipo de reforma por mais tímido que fosse. Os Partidos que a princípio questionam a matriz social, que em sua lógica exclui e oprime a maioria da população brasileira, tiveram baixo desempenho e ação mobilizadora também pífia. O segundo turno, embora com crescimento da abstenção, teve o mérito de reduzir os votos: nulos e brancos, que são no mínimo mais sintomáticos da situação de insatisfação social. Obviamente, se considerarmos as eleições como parâmetro de mensuração da vontade e das necessidades do conjunto da sociedade brasileira, o que de fato as eleições não são, mas também não podemos ser singelos e



desconsiderar seu efeito alienante e amortecedor da organização social rebelde e questionadora.

O processo eleitoral de 2010 tem tudo para ser considerado o mais atenuante das tensões sociais desde a constituição do Estado Brasileiro, pois em nada os projetos defendidos pelos concorrentes majoritários se diferenciaram. Paradoxalmente, também conseguiram eles passar ao largo da discussão econômica, social e política. Temas como salário mínimo, fome, condições de trabalho, escola pública de qualidade, aporte mínimo de recursos para a saúde aqui abrangida à saúde laboral, juros estratosféricos, lucros exorbitantes de determinados setores da economia nos quais estão inclusos os bancos e similares financeiros que praticam juros escabrosos e lamentavelmente astronômicos até para os parâmetros do capitalismo desenvolvido, não estiveram em pauta. O trabalho infantil, o trabalho escravo, o subemprego, o desemprego, o analfabetismo junto com o analfabetismo funcional, a inclusão digital são ainda infelizmente assuntos tabu. Por outro lado nos perdemos numa estéril e artificial discussão sobre o

aborto. A triste situação dos aposentados e pensionistas que percebem da previdência valores crivados de redutores, tipo o famigerado Fator Previdenciário passaram ao largo. Investimentos públicos em novas tecnologias, preferencialmente limpas, nosso papel na pesquisa espacial entre outros temas conjunturais, não foram sequer mencionados. A produção de nossas plataformas petrolíferas deveria ter ensejado no ínfimo da discussão o porquê não fazemos também com os caças, os quais reputamos desnecessários. Nossas dívidas, interna e externa, não mereceram a devida atenção dos pretendentes objetivos que disputaram o processo eleitoral e muito menos foi apresentado projeto que visasse eliminar, ao menos gradativamente, estes dois gargalos sociais. A suposta estabilidade econômica infelizmente maquia a situação de inadimplência vigente em amplos setores da sociedade brasileira. A questão indígena, a reforma agrária, os sem-teto, a inclusão social seguirão ao que tudo indica a lenta marcha do descaso e da inação burocrática de Brasília.

A cooptação de amplos setores sociais pela máquina estatal, aqui inclusas nesse rol as governanças estaduais e municipais, independente de corrente partidária, por certo em muito contribuiu para frear toda e qualquer tentativa mobilizatória que tivesse por

objetivo obter alterações no atual quadro que estabiliza a disparidade social e econômica.

Agora, não basta criticar os que estão no poder e dele se servem para excluir os pobres, os miseráveis, os favelados, os moradores de rua, os trabalhadores, as empregadas domésticas, os servidores públicos e toda a sorte de explorados do Brasil, cabe isso sim, que esses continuem suas lutas desesperadas não só para sobreviver, mas também para se auto-organizar para fazer frente à avalanche social democrata e ao neoliberalismo.

As coordenações que defendem o Voto Nulo, o direito de não comparecer ao pleito, a democracia direta, terão sobre si responsabilidades ainda maiores. A primeira é conseguir manterem-se ativas e organizadas no presente quadro de adversidades. Outra é aumentar seu leque de atividades e com isso se superar no sentido de engajar parcelas significativas dos trabalhadores urbanos e rurais rompendo daí com a estrutura nazi-fascista da legislação trabalhista em vigor a mais de 60 anos no Brasil. Afora essas duas necessidades basilares fica o desafio de ocuparem o espaço diante das contradições presentes que tenderão a aumentar, pois o quadro social e econômico tem se mostrado instável e incerto tanto a nível local e, sobretudo, no contexto internacional.



* **PEDRO VANZIN FILHO** é Servidor Público Municipal da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (RS), graduado em Filosofia (1984), Direito (1995) e História (2003).